

AS CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA INTERPRETAR A REALIDADE BRASILEIRA

João Gabriel Ronsini de Carvalho¹
Luan Viana Damazio²

A ideia inicial deste dossiê é apresentar como a teoria marxista é ainda hoje relevante ou, podemos dizer, sobretudo hoje, para pensar diversas questões importantes na sociedade brasileira. Nascido do embate teórico e político com as principais ideias do século XIX, o marxismo mostrou seu vigor ao ser apoderado pelas lutas dos trabalhadores e, especialmente no século XX, ter passado de arma da crítica para crítica das armas, influenciando revoluções socialistas e de libertação nacional ao redor do globo.

No caso brasileiro, não foi diferente, embora não tenha se tornado – até então – inspiração de insurreições e revoluções vitoriosas, a teoria marxista, sobretudo a partir da fundação do PCB, em 1922, foi fundamental na história política dos setores subalternos, além de ter estado presente – direta ou indiretamente – na pena de importante parte de acadêmicos, artistas e intelectuais brasileiros.

Sobrevivendo até mesmo aos momentos mais duros do regime instalado em 1964 e se reinventando após as diversas crises por que passou o movimento comunista internacional, com o fim da URSS e a queda do Muro de Berlim, a teoria marxista segue sendo uma das principais ferramentas para a crítica radical ao modo de produção capitalista, especialmente em países que se encontram na periferia do sistema político e econômico mundial, como é o caso do Brasil.

No contexto recente, ao que se convencionou chamar de neoliberalismo e com a ascensão, em nível global, da extrema direita, bem como às crises relacionadas às mudanças climáticas, nos encontramos numa encruzilhada histórica; dessa forma, buscaremos uma saída ainda dentro do sistema que nos trouxe até aqui ou ousaremos imaginar e construir novos caminhos? Caso se escolha a segunda opção, dificilmente será possível trilhá-la sem o auxílio das mais diversas contribuições da teoria marxista.

¹ Mestrando em ciências sociais pela UFJF. E-mail: joao.ronsini@estudante.ufjf.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8194351751419011>

² Doutorando em ciências sociais pela UFJF. E-mail: luan.damazio@estudante.ufjf.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1179901990780490>.

Alguém poderia indagar, numa apresentação de dossiê de uma revista acadêmica, o porquê de nos referirmos tanto ao contexto político, já que as contribuições publicadas neste número fazem parte de trabalhos científicos. Isso ocorre porque desde o seu surgimento, nas mãos de Marx e Engels, o marxismo esteve intimamente ligado ao mundo político, não possuindo, como outras correntes teórico-metodológicas, uma separação estanque entre ciência e política. E é (também) justamente por esse motivo que propomos a temática deste dossiê.

Tal asserção aparece discutida no artigo **“A materialidade das ideias em Marx e suas implicações epistemológicas para o Desenvolvimento Regional no Brasil”** de Fabricio Antonio Deffacci. Nele, além de apresentar a inflexão epistemológica representada pelas contribuições de Marx, ao atribuir as condições materiais de existência ao terreno que engendra os fundamentos do pensamento, o artigo demonstrou como a análise marxiana contribuiu para o campo do Desenvolvimento Regional. E, no Brasil, tal diálogo com a teoria marxista foi capaz de contribuir para o rompimento com as perspectivas abstratas e naturalizantes do desenvolvimento.

No campo da economia política, os artigos reunidos neste dossiê inserem-se em uma tradição de pensamento crítico que, desde meados do século XX, vem questionando os fundamentos da economia política liberal e suas aplicações à realidade latino-americana. Essa tradição tem como marco inicial a crítica estruturalista da CEPAL, formulada por autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, que identificaram a deterioração dos termos de troca e propuseram a industrialização por substituição de importações como caminho para o desenvolvimento periférico. A superação dos limites do estruturalismo deu origem, nos anos 1960 e 1970, à Teoria Marxista da Dependência (TMD), elaborada por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que radicalizou a crítica ao desenvolvimento capitalista na periferia ao introduzir categorias como superexploração da força de trabalho, transferência de valor e subimperialismo. Simultaneamente, autores como José Chasin desenvolveram a noção de "via colonial" para caracterizar a especificidade do capitalismo brasileiro como formação hiper-tardia, marcada pela persistência do latifúndio e pela subordinação estrutural às economias centrais. Mais recentemente, o debate sobre o neodesenvolvimentismo e a ascensão da China tem recolocado em pauta as questões da dependência e da inserção subordinada do Brasil na economia mundial, exigindo

a atualização das categorias teóricas forjadas no período anterior. Os trabalhos deste dossiê contribuem para esse esforço de renovação da crítica da economia política e das teorias do desenvolvimento a partir da realidade brasileira.

O artigo **"A tese da via colonial e a formação de entificação do capitalismo hiper-tardio no Brasil"**, de Pedro Gomes Barbosa, demonstra que o capitalismo brasileiro constitui uma formação hiper-tardia, distinta do capitalismo tardio alemão, por combinar herança colonial, persistência do latifúndio e subordinação às economias centrais. Nesse quadro, o integralismo de Plínio Salgado é interpretado não como simples variante periférica do fascismo europeu, mas como expressão ideológica regressiva própria dessa formação social, caracterizada por uma proposta antimodernizadora e ruralista. O trabalho também evidencia a crítica chasiniana ao politicismo e à autonomização do político, reafirmando a centralidade da economia política para a compreensão da totalidade social e discutindo a atualidade da crítica da política como fundamento teórico para a práxis emancipatória na realidade brasileira.

Já Marlon de Oliveira Xavier, no artigo **"O reascenso da Teoria Marxista da Dependência e o resgate da história da Polop: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD"** investiga as causas do reascenso da TMD a partir de sua conexão com a formação da ORM-POLOP. A hipótese levantada é de que a retomada da TMD está relacionada à falência do neodesenvolvimentismo, que reproduz, em nova roupagem, os problemas enfrentados pelo desenvolvimentismo clássico criticado pela TMD em sua origem. Ao articular a conjuntura dos anos 1960 com a contemporânea, o artigo contribui para a compreensão da história da esquerda radical brasileira e para a crítica das limitações do reformismo.

O artigo intitulado **"Economia Política marxista brasileira: do antiliberalismo estruturalista à teoria da dependência e além"** de Tiago Camarinha Lopes, traça a trajetória da Economia Política Marxista Brasileira, descrevendo como o pensamento latino-americano rompeu com a economia política liberal na primeira metade do século XX e evoluiu até o debate contemporâneo sobre geopolítica. O autor apresenta a TMD como a contribuição mais marcante dessa tradição, destacando seus conceitos fundamentais – transferência de valor, intercâmbio desigual e superexploração da força de trabalho – e sua potência analítica para a compreensão da geopolítica mundial e a orientação da ação anti-imperialista. O artigo examina, ainda, o debate atual entre economistas políticos marxistas brasileiros sobre a relação do Brasil com a

China, confrontando as interpretações que veem na China uma nova potência imperialista com aquelas que a reconhecem como uma economia quase-central ou central com potencial para reconfigurar as relações centro-periferia.

E por fim, Rodrigo Santos Guimarães, no artigo **“Estado, dependência e subimperialismo: uma leitura crítica a partir de Poulantzas e Ruy Mauro Marini”** aborda a relação entre Estado e classes sociais no capitalismo dependente a partir das contribuições de Nicos Poulantzas e Ruy Mauro Marini. Inicialmente, o autor examina a teoria do Estado capitalista de Poulantzas, com ênfase na noção de autonomia relativa e nos mecanismos jurídico-políticos e ideológicos que produzem os efeitos de isolamento e de representação da unidade. Em diálogo com a TMD, o trabalho evidencia como a autonomia relativa do Estado se amplia nas formações de capitalismo dependente em razão da fragilidade hegemônica das burguesias nacionais e de sua articulação subordinada com o capital imperialista, apontando a categoria de subimperialismo como expressão da inserção contraditória do capitalismo dependente na fase monopolista e financeira do sistema mundial.

Para além das contribuições ligadas mais estritamente ao debate econômico, diversos artigos demonstraram o potencial da teoria marxista para analisar amplos aspectos das relações sociais. Assim, Arnaldo Oliveira Rodrigues, em **“A contribuição marxiana para pensar o suicídio no Brasil contemporâneo”**, retoma um texto de Marx, de 1846, em que se discute o tema do suicídio. Debatendo-o ao lado de textos clássicos e contemporâneos sobre o tema, Rodrigues apresenta as contribuições marxianas, além de discutir a questão do suicídio no Brasil contemporâneo.

Já Hanna Vieira Alencar e Felipe Fróes Couto, no artigo **“Infância e Capitalismo: A Colonização Do Cuidado e a Produção Precoce da Subjetividade Trabalhadora”**, situam historicamente a infância e sua construção a partir da forma com que o capitalismo organiza o trabalho e, consequentemente, a reprodução da vida. Não tratando a infância, portanto, de forma autônoma e naturalizada, especialmente quando se analisa a vida das parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora que, sem renda e sem tempo, acabam inseridas cada vez mais cedo no mercado de trabalho e possuem sua subjetividade marcada pela lógica produtiva. Assim, se mostram insuficientes as ampliações formais de direitos e de políticas públicas, se permanecerem inalteradas as formas de organização capitalista do trabalho.

Angélica Ferreira de Freitas e Helga Maria Martins de Paula, no artigo **"Amálgama crítico entre Marxismo Feminista e Teoria da Reprodução Social: reflexões sobre a condição das mulheres com deficiência no Brasil"**, também debatem a relação entre modo de produção capitalista e suas implicações para a reprodução social, especialmente na vida de mulheres com deficiência, em que capitalismo, patriarcado e capacitismo formam um sistema integrado. Dessa forma, a subordinação das mulheres historicamente no Brasil não faz parte de uma herança cultural, mas pertence diretamente às necessidades de reprodução desse sistema, que desvaloriza o trabalho reprodutivo. Nesse contexto, o caso das mulheres com deficiência torna-se ainda mais marginalizado. A superação dessa condição, que é social e não individual, deve se dar pela crítica radical ao capitalismo e suas formas de se constituir e reproduzir no Brasil.

Na esteira desse debate, Arianne Alves da Silva, no artigo **"Capitalismo e patriarcado no Brasil: contribuições do feminismo marxista para compreender a feminização do trabalho"**, demonstra como o processo de feminização do trabalho não significou emancipação feminina, ao contrário, esteve diretamente relacionado com novas formas de exploração e dominação. Assim, reafirma-se a necessidade de articulação entre classe e gênero para pensar a condição da mulher trabalhadora sob o capitalismo no Brasil.

No artigo da Aline Sayuri Cawamura e Bárbara Pantarotte de Souza, intitulado **"O SUS sob a lógica do Capital: uma análise crítica a partir da forma jurídica"**, também se utiliza de uma crítica radical ao modo de produção capitalista, mas tendo como principal alvo, a forma jurídica e suas implicações para pensar o Sistema Único de Saúde no Brasil. Pois, embora o SUS tenha sido um avanço nos direitos da classe trabalhadora, a partir dos princípios da universalidade, integralidade e equidade, não se ultrapassou a lógica que orienta a produção de mercadorias, que é a necessidade constante de valorização do valor. A crítica, portanto, às formas jurídicas ajudam a evidenciar suas limitações para a concretização do que se supõe oferecer, isto é, a universalização do acesso à saúde. Especialmente no contexto brasileiro atual, onde o capital avança sem freios sobre o trabalho.

Por fim, até mesmo o campo da literatura foi possível abranger no dossiê em questão. Vinícius Azevedo e Leticia Neres da Ponciuncula, em **"Política e literatura: questões em torno de *O presidente negro* (1926) de Monteiro Lobato"**, debatem a questão da eugenia como a ideologia das elites intelectuais

AS CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA INTERPRETAR A REALIDADE BRASILEIRA

para resolver os problemas sociais do Brasil, no início do século XX, tendo como ponto de partida o livro *O Presidente Negro*, escrito por Monteiro Lobato e apresentam, em contraposição, as contribuições de dois integrantes do PCB, Astrogildo Pereira e Edison Carneiro, que se colocavam contra a perspectiva eugenista. Assim, política e literatura são tratados a partir do aporte marxista, demonstrando como é necessário pensar a arte em conexão com o contexto histórico, político e social.

Portanto, a partir das contribuições presentes nos artigos acima, consideramos que o dossiê cumpriu seu papel ao demonstrar a vitalidade da teoria marxista para compreender a realidade brasileira e apontar os possíveis caminhos políticos e teóricos para a sua transformação.